



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 22/06/17

Elvairys
Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Edson
Seni
para relatar.

Em 22/06/17

V
Presidente Comissão de Constituição
e Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

PROJETO DE LEI Nº 20, DE 19 DE JUNHO DE 2017, ENCAMINHADO
ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº. 25/GG.

*AUTORIZA A EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS
DO PIAUÍ (EMGERPI) A DOAR O IMÓVEL QUE
ESPECIFICA PARA O MUNICÍPIO DE TERESINA (PI)
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

RELATOR: Deputado EDSON FERREIRA

1 – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Exmo. Senhor Governador do Estado, Wellington Dias, que tem como objeto a DOAÇÃO DE IMÓVEL pertencente ao patrimônio do Estado ao município de Teresina, necessitando, pois, de autorização legislativa para o fazê-lo.

Para tanto, o autor salientou que a doação desse imóvel (localizado no lugar São Joaquim, Data Covas, bairro Matadouro, zona norte) servirá para o município de Teresina instalar estruturas que correspondem ao prédio da Unidade de Projeto Socioambiental (UPS) do programa Lagoas do Norte, a Estação Transbordo de Resíduos Sólidos, duas quadras poliesportivas e uma creche.

Por fim, o autor justifica, entre outros argumentos, a presença do interesse público no caso da doação desse imóvel.

Eis o relatório.

2 – VOTO DO RELATOR

Sendo assim, passo a emitir parecer conforme determina os artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

De início, verifico que a iniciativa dessa proposição ocorreu em conformidade com o art. 75 da Constituição Estadual, não havendo, portanto, vício de iniciativa.

Ademais, para que se possa realizar essa doação, essa Casa tem que autorizar esse ato, nos termos do artigo 18, §1º da Constituição Estadual.

Vale ressaltar, ainda, a necessidade/motivação para autorizar a doação desse imóvel. No caso presente, devemos levar em consideração, precipuamente, todos os



ESTADO DO PIAUÍ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

benefícios que irão ser concebidos com a disponibilização à população dessas novas instalações municipais.

Diante do exposto, manifesto-me pela aprovação dessa proposição, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade.

Este é o meu parecer.

3 – PARECER DA COMISSÃO

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.
Teresina, 26 de junho de 2017.

Deputado **EDSON FERREIRA**
Relator

fslb

APROVADO	UNANIMIDADE
em, _____	_____
_____ Pr. _____	_____ de _____
_____	_____
_____	_____

11

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 27/06/17
Presidente da Comissão de _____
<i>Justiça</i>